

# News Time



Região

24 de Março de 2018

4

◆ Frente em Defesa dos Municípios

## Junji Abe reforça mutirão pró-cidades

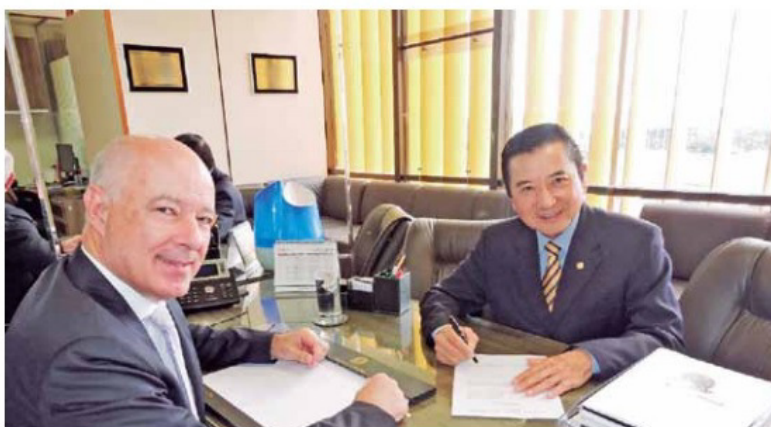
Deputado é o mais novo integrante do colegiado do Congresso Nacional, que atua para acelerar a busca de soluções aos problemas comuns às cidades brasileiras

O deputado federal Junji Abe (PSD-SP) é o mais novo integrante da FMB – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Brasileiros. “É uma honra poder participar ativamente de todas as iniciativas voltadas a ajudar as cidades, ente federativo que concentra as maiores demandas da população e que menos recursos financeiros recebem da partilha do bolo tributário nacional”, afirmou ele, um municipalista convicto.

A convite do presidente deputado Herculano Passos (PSD-SP), Junji assinou a ficha de adesão à FMB, nesta quarta-feira (21/03/2018). Lançado em maio do ano passado, o grupo reúne mais de 220 deputados e senadores solidários ao pro-

pósito de acompanhar de perto as demandas das prefeituras e contribuir para a solução dos problemas comuns às cidades brasileiras.

Segundo Junji, a frente é a grande parceria da CNM – Confederação Nacional dos Municípios, presidida por Paulo Ziulkoski. “Em posse de estudos adequados e bons projetos, o colegiado tem a responsabilidade de direcionar todos os esforços no sentido de acelerar as pautas municipalistas dentro do Congresso”, definiu o deputado que conhece bem as dificuldades enfrentadas pelas prefeituras. Ele governou, por oito anos seguidos, de 2001 a 2008, o Município de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo. Garantir uma fatia bem mais



generosa da receita arrecadada no País às cidades é, de acordo com Junji, o meio de corrigir a

injustiça histórica que afunda muitas prefeituras num mar de dívidas. “Precisamos refor-

mar o pacto federativo para equacionar a distribuição de recursos, considerando que a

maior parte das demandas cai no colo dos prefeitos, os gestores mais próximos da população”, defendeu.

A União fica com 60% a 65% de toda receita tributária nacional, enquanto os estados levam aproximadamente 20% a 25% e os municípios recebem poucos 8% a 15%. “Mesmo com estas migalhas, as cidades são forçadas – em razão do significativo aumento da municipalização – a dar cada vez mais à população, a melhor educação, saúde, segurança, transporte, habitação e infraestrutura, entre outras cobranças justas, legítimas e merecidas”, pontuou Junji, elogiando o correligionário Herculano Passos pela dedicação à causa municipalista.